



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRABALHO Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

Rua Líbero Badaró, 425, 8º e 12º andares - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01009-905
Telefone: (11) 3224-6000

ATA DA REUNIÃO ONLINE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO - CMDRSS

Data: 25/04/2025
Horário: 09h00 às 12h00 horas
Formato: Online

Plataforma - online:

https://teams.microsoft.com/dl/launcher/launcher.html?url=%2F_%23%2F%2Fmeetup-join%2F19%3Ameeting_ZTjiYTcwMjUtODVjOC00MjcyLTg1NzltMWU4NTA3NDA1Yjg2%40thread.v2%2F0%3Fcontext%3D%257B%2522%2522%3A%2522f39fd0c-4829-a003-c770a1c4a063%2522%2C%2522Oid%2522%3A%252286af4aff-116d-464b-83f0-2cd90ced15fa%2522%257D%26anon%3Dtrue&type=meetup-join&deeplinkId=5cf4c991-5dd9-42dc-82ec-b451ef78705b&directDl=true&msLaunch=true&enableMobilePage=true

Participantes:

Poder Público:

Aloísio Areias - Secretário do CMDRSS
Lia Palm - Presidente - Titular - SMD/ET/CA
Lucas Carneiro Volpato - Titular - CATI/SAA
Ludmila Mello de Amorim - Titular - SGM/SECLIMA
Luiza Alegre Caballero - Suplente - SGM/SECLIMA
Maise Santos Calazans Silva - Suplente - SMD/ET/CA
Mara Solange Pasi - Suplente - Subprefeitura Capela do Socorro
Marcos Roberto de Freitas Luz - Suplente - Subprefeitura Parelheiros
Maria Alice Silva Ferreira Rosmaninho - Titular - Câmara Municipal São Paulo
Paulo Cesar Leite Saraiva - Suplente - CATI/SAA
Raquel Araújo de Jesus Ponte - Titular - SMUL
Roseli Allemann - Titular - SVMA

Sociedade Civil:

André Ruoppolo Biazoti - Titular - OSC à Agricultura Familiar
Jaime Pacheco dos Santos - Titular - Agricultores Zona Sul
Jorge Aparecido de Paula - Titular - Agricultores Zona Norte
Lia Goes de Moura - Suplente - Agricultores Zona Sul
Maria de Lourdes Andrade Silva - Titular - Movimento de Agricultura Urbana da região Centro/Oeste
Marina Sierra Camargo - Suplente - Congetur
Roseilda Lima Duarte - Titular - Agricultores Zona Sul
Simone Afonso da Silva - Suplente - Comusan
Terezinha dos Santos Matos - Titular - Agricultores Zona Leste

Convidados:

Ana Maria Bertolini - FSP/USP
Andrea Wang Catalani/ CODAE
Andreia Barreto / AdeSampa
Carolina Bastos Mendonça / CODAE
Diego Blum - Adesampa
Guilherme Maruxo
Iuri Timoner
Maria Lucia Ramos Belenzani
Patrícia Marra Sepe
Solange Aparecida Dias/ CA
Vanda Gentina
Vereador Nabil Bonduki

Ausência justificada:

Isabela Ferraz Davies - Titular - Comusan
Ludmila Mello de Amorim - Titular - SGM/SECLIMA
Maira Soares Galvanese - Suplente - SVMA

Reunião de 25/04/2025

Em 25 de abril de 2025 foi realizada a 03ª reunião ordinária da 4ª gestão do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CMDRSS, Biênio 2025/2027 reunião "Online".

Pauta:

- 1 - Programa de Metas – (André Biazotti) – Conselheiro
- 2 - Informes sobre o GT Art. 48 – Roseli Allemann
- 3 - POT (Programa Operação Trabalho) – Atualizações e Novas Inscrições (Terezinha/Kimberley/Jorge/Joelma) - Conselheiras e Conselheiro Titular e Suplente
- 4 - Rolê Agroecológico Atualizações. (Terezinha/Kimberley/Joelma) - Conselheiras Titular e Suplente
- 5 - Projeto de Lei / PL 582/2016, - Vai na Horta - (Maria Lúcia) ex Conselheira / Apresentação – Patrícia Serpe ex Conselheira
- 6 - Plano Regenerativo/ Previsão de compra de Equipamentos – (Kimberley) – Ex Conselheira
- 7 - Solicita: Escola Técnica Agrícola e Banco de Alimentos nas Subprefeituras e S.I.M Serviço de Inspeção Municipal (Lia Goes) Conselheira
- 8 - Apresentação do projeto “Instrumento de Agricultura Urbana e Adaptação Climática” Ana Maria/USP
- 9 - Atualizações do programa Sampa+Rural
- 10 – Informes

Lia Palm: iniciou a reunião cumprimentando todos os presentes e informa a inversão da ordem das pautas, começando pela Pauta nº 4, por necessidade de agenda das Secretarias convidadas ela convida Carolina Bastos Coordenadora e Andreia Wang ambas de CODAE.

Pauta - 4 / Rolê Agroecológico Atualizações.

Carolina Bastos Mendonça: inicia sua fala agradecendo a oportunidade. Ela se apresenta como nutricionista, atuando há 16 anos na CODAE, e compartilha que há cerca de um mês e meio assumiu novas responsabilidades na instituição como Coordenadora da unidade. Carolina comenta que decidiu aceitar o desafio justamente por acreditar no impacto positivo do trabalho realizado, especialmente na comunidade escolar e na sociedade de forma geral.

Sobre o projeto “Rolê A agroecológica”, Carolina explicou que anteriormente trabalhava em uma área menos envolvida com o tema e que, por isso, seu contato mais direto e aprofundado com o projeto começou recentemente. Apesar disso, afirma já compreender a relevância da iniciativa e reconhece as conquistas obtidas no ano anterior.

Ela destacou que a troca de gestão no projeto não implica qualquer intenção de interrompê-lo ou reverter os avanços já conquistados. Carolina reconhece a ansiedade dos participantes pela demora no andamento dos processos e assegura que o atraso não é uma tentativa de desmobilização, mas sim reflexo de questões administrativas.

Carolina informou que, atualmente, a equipe está finalizando o aditamento do contrato com os parceiros executores do “Rolê Agroecológico”. O processo já foi formatado e se encontra no setor financeiro para a acomodação dos recursos. O valor necessário já foi aprovado pela Câmara no final de 2024 para uso em 2025, mas, devido à grande quantidade de demandas na área financeira — incluindo a aquisição de gêneros alimentícios para a agricultura familiar e outros serviços — o andamento sofreu atrasos.

Ela reforçou que o recurso para a continuidade do projeto está reservado, faltando apenas trâmites internos para sua liberação. A previsão é de que as visitas do “Rolê Agroecológico” se iniciem no segundo semestre, assim como ocorreu no ano anterior.

Carolina também aponta outro desafio: o transporte. Em 2024, havia um modelo de contrato de transporte que, neste ano, não pôde ser renovado. A equipe está buscando alternativas, prospectando parcerias com outras secretarias e instituições para viabilizar o transporte necessário para a execução do projeto. Ela relata que já houve reuniões, por exemplo, com a Secretaria de Turismo e a SP Turis, com o objetivo de fortalecer o projeto através de novas colaborações, continua explicando que os parceiros anteriores permanecem comprometidos com o projeto e relata que novas articulações estão em andamento. Ela mencionou uma reunião marcada com a SECLIMA - Secretaria Executiva de Mudanças Climáticas e a perspectiva de agenda com a Secretaria do Verde, reforçando a estratégia de criar conexões entre diferentes áreas para viabilizar o transporte necessário à execução do projeto “Rolê Agroecológico”.

Carolina esclarece que atualmente a Secretaria de Educação não possui disponibilidade imediata de transporte para o projeto, mas que isso não representa um obstáculo definitivo. A equipe segue mobilizada para buscar parcerias que possibilitem o deslocamento dos participantes, cogitando inclusive a divisão de custos entre diferentes parceiros para atender à demanda integralmente — contemplando todos os alunos dos sextos anos envolvidos.

Ela é transparente ao relatar a dificuldade orçamentária enfrentada pela CODAE, afirmando que o orçamento aprovado pela Câmara para 2025 foi significativamente inferior ao inicialmente previsto. Ainda assim, enfatizou que o “Rolê Agroecológico” continua sendo tratado como prioridade pela gestão, mesmo que as ações não sejam perceptíveis na velocidade desejada pelos envolvidos.

Carolina reafirmou o empenho da equipe em dar agilidade aos processos. Ela reconhece a importância do “Rolê Agroecológico” tanto para as escolas quanto para os agricultores familiares que dependem dele para seu planejamento produtivo e econômico.

Finaliza informando que o cronograma previsto para 2025 é semelhante ao do ano anterior: formalizar o aditamento do contrato ainda em maio, com o início das visitas e atividades do projeto em agosto, seguindo até dezembro.

Lia Palm: agradeceu a presença de Carolina Bastos Mendonça na reunião e destaca a importância de haver esse espaço de diálogo dentro do Conselho, que reúne representantes de outras secretarias e agricultores diretamente envolvidos no projeto. Em razão da presença de novos participantes, Lia faz uma breve contextualização sobre o que é o Rolê Agroecológico.

Ela explicou que o programa foi iniciado em 2023, inicialmente como um projeto-piloto, e teve sua primeira versão completa em 2024. Trata-se de uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação (SME) liderado pela Coordenadoria de Alimentação Escolar – (CODAE), levando alunos dos sextos anos da rede municipal para visitas a hortas, sítios e parques ecológicos espalhados pela cidade. Lia enfatizou o valor do programa, tanto para a formação das crianças — que têm experiências práticas em ambientes agrícolas e de conservação — quanto para o fortalecimento da agricultura urbana e periurbana, que se estrutura também para receber essas visitas.

Durante as visitas, as crianças participam de atividades que podem incluir almoços nos próprios sítios e recebem kits de alimentos orgânicos, gerando renda direta a agricultoras e agricultores que acolhem os grupos. Lia relata que participou de uma das atividades e descreve o impacto como, ressaltando que a experiência é enriquecedora para todos os envolvidos.

Ela reafirmou o papel fundamental da CODAE como parceira e o compromisso da Coordenadoria de Agricultura em seguir fortalecendo o Rolê Agroecológico como um dos principais programas da área.

Ao final, Lia organizou a sequência da reunião, informando que passará a palavra para Terezinha, Kimberly e Joelma — conselheiras que solicitaram a inclusão do tema na pauta — para verificarem se suas dúvidas foram esclarecidas ou se ainda desejam fazer colocações.

Terezinha Matos: Perguntou sobre a data ou previsão para o início do Rolê Agroecológico.

Carolina Bastos Mendonça: respondeu que a previsão para o início do Rolê Agroecológico é agosto, conforme o plano de trabalho atual, que está sendo aditado agora em maio. Ela esclareceu que há uma possibilidade de antecipar as visitas para as últimas semanas de julho, caso todas as questões de credenciamento e organização do programa sejam concluídas antes do recesso escolar, que termina em 18 de julho.

Terezinha Matos: expressou que, para os agricultores que receberão o Rolê Agroecológico, é importante ter uma previsão clara do início do programa, pois isso impacta o planejamento da plantação. Ela destacou que os agricultores precisam se planejar com antecedência, especialmente em relação às

plantações que devem ser feitas em função do Rolê. Com a confirmação de que o início será em agosto, Terezinha se sentiu mais tranquila, pois agora poderia se planejar de forma mais certa, especialmente em relação ao ciclo de cultivo.

Lia Palm: Agradeceu a Terezinha pela contribuição e, em seguida, passa a palavra para Joelma, que também havia solicitado a pauta.

Joelma Marcelino: compartilhou que está participando pela primeira vez do rolê Agroecológico e sua dúvida é sobre como se inscrever e quais os procedimentos para poder participar do programa.

Andrea Wang: Gestora da comissão de acompanhamento do rolê agroecológico da Coordenadoria de Alimentação Escolar (CODAE) da Secretaria Municipal de Educação (SME), explicou que, conforme a Carolina mencionou, será aberto um processo para credenciamento das propriedades que participaram no ano anterior, provavelmente entre maio e junho. Novas propriedades também poderão ser credenciadas. Um link será disponibilizado para inscrição. A equipe da OSC realizará visitas às propriedades para avaliar as condições para as visitas do rolê agroecológico.

Lia Palm: Explica que, devido à agenda apertada do vereador Nabil, que tem um compromisso começando às 10h, ela sugeriu que as perguntas da pauta sobre o Rolê Agroecológico sejam enviadas pelo chat para que Carolina e Andréia possam respondê-las.

Agradece a Secretaria de Educação e agradece a presença do vereador Nabil e da Patrícia, que solicitaram a pauta, e imediatamente passa a palavra para o vereador Nabil para que ele possa discutir o projeto de lei que está sendo apresentado.

Pauta: 5 - Projeto de Lei / PL 582/2016 Vai na Horta - (Maria Lucia) ex Conselheira / Apresentação - Vereador Nabil Bonduki e Patrícia

Nabil Bonduki: Iniciou agradecendo o espaço de fala, desde que deixou a Prefeitura e a Câmara Municipal em 2016. Salienta que esse debate começou a ser estruturado na legislação municipal em 2002, quando foi incluído no Plano Diretor Estratégico, mesmo numa época em que o tema era pouco discutido em São Paulo.

Em 2014, como relator do novo Plano Diretor, ele destacou que a pauta ganhou relevância com a recriação da zona rural e um capítulo dedicado à agricultura urbana, com intensa participação da sociedade civil. Como desdobramento, em 2016, Nabil propôs o projeto "Vai na Horta", com forte apoio da conselheira Maria Lúcia Belenzani. O projeto foi inspirado no modelo bem-sucedido do programa VAI (Valorização de Iniciativas Culturais), criado por ele em 2002, voltado para jovens da periferia, e que posteriormente deu origem ao VAI 2, VAI TEC e outros programas de incentivo à autogestão e inovação. O "Vai na Horta" surgiu para apoiar iniciativas comunitárias de hortas urbanas e periurbanas, buscando valorizar o protagonismo popular, inclusive de pessoas físicas que não possuem CNPJ — algo que também foi um diferencial e um sucesso no VAI da cultura. Nabil destaca que a Prefeitura de São Paulo tem histórico e expertise em programas autogestionários, como nas áreas de habitação e cultura, e acredita que isso também pode ser replicado na agricultura.

Durante os anos em que esteve fora do legislativo, muitos avanços ocorreram na pauta, incluindo a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável (CMDRSS) e o Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Com o retorno à Câmara, ele conseguiu aprovar o projeto em primeira votação recentemente, mas optou por não o levar ainda à segunda votação, por considerar essencial colher novas contribuições e atualizações antes da aprovação final.

Anunciou, então, que será realizada uma reunião ampla (possivelmente com formato de audiência pública) na Câmara, para reunir entidades, especialistas, conselheiros e demais interessados a fim de enriquecer o projeto. O objetivo é garantir que o projeto "Vai na Horta" seja de fato viável, implementável e sintonizado com as demandas atuais da agricultura urbana. Encerrou parabenizando o trabalho do conselho e expressando alegria em ver a pauta avançar de forma significativa ao longo dos anos.

Lia Palm: agradeceu a presença do vereador Nabil Bonduki e abre espaço para contribuições dos participantes. Observa que, até o momento, ninguém havia solicitado a palavra, mas reforça que ainda há tempo disponível para manifestações, especialmente considerando que o vereador ainda estava presente na reunião. Com isso, ela deixa o canal de diálogo aberto para que os conselheiros ou convidados possam comentar ou complementar o tema discutido.

Lia Palm: comentou o projeto de lei "Vai na Horta", destacando que ele chegou até a SMDet via SEI e por meio da Patrícia Sepe. Ela expressa satisfação pelo fato de o projeto ainda não ter sido votado em segunda instância, pois isso abre uma oportunidade importante de diálogo e aprimoramento coletivo da proposta. Para Lia, o projeto é relevante, mesmo diante das ações já em curso na cidade no campo da agricultura urbana, pois sua formalização por lei oferece mais segurança jurídica e institucional para a continuidade das políticas públicas ao longo do tempo.

Ela menciona então o programa "Acelerando Hortas", atualmente em execução, que concede apoio financeiro de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais) além de assessoria e mentoria técnica. O programa é realizado em parceria com a Ade Sampa que por meio de chamamento público e, nesta edição, foi executado pela organização da sociedade civil CPCD, organização liderada por Tião Rocha — figura reconhecida por sua vasta experiência e abordagem humanista.

Lia enfatiza que a segunda edição do programa está em andamento e que houve muitos aprendizados entre a primeira e a segunda versão. Ressalta ou que essas experiências práticas podem ser valiosas para o aprimoramento do projeto de lei, tanto na definição de valores, mecanismos de operação, quanto na delimitação do público-alvo.

Ela finaliza afirmando que o momento de escuta e troca será muito proveitoso e convida Patrícia a assumir a palavra para dar continuidade à discussão.

Patrícia Marra Sepe: retomou as informações principais do Projeto de Lei de 2016, já aprovado em primeira votação, e explica os próximos passos: ela e a equipe do vereador Nabil estão trabalhando na elaboração de um substitutivo que atualize a proposta. O objetivo central do projeto é apoiar financeiramente iniciativas de agricultura urbana e periurbana.

Ela detalha os principais pontos do PL original: o público-alvo são pessoas físicas ou jurídicas sem fins lucrativos, com sede ou domicílio há pelo menos dois anos na cidade, priorizando pessoas de baixa renda; o apoio pode se dar em terrenos públicos ou particulares, com ênfase em áreas periféricas. O valor do subsídio definido inicialmente era de R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) por projeto, com até 20% para aquisição de equipamentos, por até 12 meses de duração, com no mínimo um edital por ano.

Destaca-se também que o projeto prevê aprovação dos editais pelo conselho municipal competente e a criação de uma comissão de avaliação das propostas, nos moldes do programa "Vai Cultural", composta por três representantes do Executivo, quatro da sociedade civil e um do Conselho Rural.

Patrícia reforça que o desafio atual é atualizar o projeto à luz dos avanços institucionais dos últimos anos, como os dois editais do programa "Acelerando Hortas", o Plano Municipal de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, a lei nacional da agricultura urbana e agroecológica (2024) e outros marcos legais. Um ponto sensível levantado é a necessidade de garantir a permanência das hortas em terrenos públicos durante a vigência do subsídio, frente a experiências de insegurança como a da Horta das Flores.

Ela comenta a possibilidade de utilizar o modelo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com repasse direto às pessoas físicas, mas reforça que é necessário prever isso em lei para garantir segurança jurídica. Outras sugestões incluem a previsão de critérios claros nos editais e a consideração de contrapartidas por parte dos projetos beneficiados, como já ocorre no "Vai Cultural" e nos editais da Ade Sampa.

Patrícia encerra destacando a importância de consolidar essa política pública em lei, garantindo sua continuidade, orçamento e presença nos programas de metas dos governos municipais. Afirma que a equipe está aberta ao diálogo, pretende realizar audiências públicas e já dispõe de uma minuta inicial do substitutivo que será discutida com Nabil.

Nabil Bonduki: reforçou três pontos principais para os próximos passos:

Disponibilizar imediatamente a minuta do substitutivo ao Projeto de Lei para que todos possam trabalhar com base no texto mais atualizado e contribuir de forma qualificada para o aprimoramento da proposta.

Aproveitar o fato de o projeto já estar em segunda votação para consolidar, por meio do substitutivo, diversos avanços e diretrizes da política de agricultura urbana. Ele destaca que esta é uma oportunidade estratégica para formalizar e dar sustentação legal a práticas já existentes e bem-

sucedidas.

Incluir a agricultura urbana no programa de metas do município, que está em fase de elaboração. A ideia é aprovar o substitutivo a tempo de garantir que essa política pública seja contemplada formalmente como meta da gestão atual, reforçando seu compromisso com a temática.

Lia Palm: Agradece a fala do vereador Nabil e reforça a importância de consolidar a política de agricultura urbana já temos a Lei do PROAURP. No entanto, expressa preocupações com o texto atual do projeto, ressaltando que ele pode apresentar riscos de retrocesso em relação aos avanços já conquistados por meio dos editais realizados pelo programa Sampa+Rural.

Lia reconhece o espaço aberto para diálogo e construção conjunta e reafirma o compromisso de todos em buscar o melhor formato para a política pública. Encaminha a palavra para André, sugerindo que as falas seguintes sejam feitas em sequência

André Ruoppolo Biazoti: começou sua fala ressaltando a relevância dos projetos de lei (PLs) voltados à agricultura urbana e reconhece o valor histórico do projeto em debate, que foi criado em um contexto no qual ainda não havia políticas públicas estruturadas para o tema. Ela observa que, embora atualmente haja avanços institucionais e programas como o *Acelerando Hortas*, o PL continua sendo uma ferramenta fundamental para consolidar conquistas e garantir sua continuidade, especialmente diante das mudanças de gestão.

Ele destaca como prioridade que o PL estabeleça um instrumento claro de financiamento direto para hortas urbanas, especialmente voltado a pessoas físicas — uma lacuna que ainda não está suficientemente coberta pelo *Acelerando Hortas*, que se destina majoritariamente a entidades com CNPJ. Nesse sentido, ela propõe que o PL avance em duas frentes complementares: de um lado, criar uma linha de financiamento (como o *Vai Horta*) que atenda pessoas físicas; de outro, institucionalizar e proteger o programa *Acelerando Hortas*, incluindo-o formalmente na lei. Isso garantiria sua permanência mesmo em futuras gestões municipais que possam não priorizar o tema.

Ela também sugere que o PL já venha com uma estrutura mais "regulamentada", ou seja, com diretrizes operacionais, definições de público-alvo e mecanismos de execução bem definidos, reduzindo a necessidade de regulamentações posteriores que possam enfraquecer sua aplicação. Uma das propostas centrais do André é que o texto legal indique expressamente as rubricas orçamentárias das quais os recursos serão extraídos — como, por exemplo, a já existente rubrica da agricultura urbana — evitando que a lei se torne genérica e ineficaz por falta de previsão orçamentária clara.

Ela lembra que o *Vai Horta* já foi cogitado, em versões anteriores, como um programa vinculado à Secretaria de Cultura, uma vez que se discutia a valorização da agricultura urbana como expressão cultural. Naquele momento, isso possibilitou um diálogo com dispositivos culturais úteis à regularização de hortas. No entanto, com a criação da Coordenadoria de Agricultura dentro da atual gestão municipal, André propõe discutir se essa coordenação deve centralizar a execução do novo programa, ou se haveria uma alternativa mais adequada, como as Secretarias de Direitos Humanos ou Desenvolvimento Econômico.

Por fim, André enfatiza que a redação do PL precisa levar em conta a estrutura atual da prefeitura, seus programas já existentes e os caminhos institucionais mais viáveis para implementação, para evitar que o projeto crie entraves políticos ou técnicos à sua própria execução. A ideia central é construir uma lei que, além de consolidar os avanços obtidos até agora, permita avançar em novos modelos de financiamento e gestão da agricultura urbana de maneira estável e duradoura.

Maria de Lourdes/Lia Esperança: Expressou preocupação com a burocracia envolvida nos editais, destacando que muitas pessoas, especialmente aquelas que realmente precisam, não conseguem acessar ou preencher os formulários devido à complexidade e à quantidade de requisitos. Ela sugere simplificar o processo para torná-lo mais acessível, destacando que a falta de compreensão ou de estudos não deve ser um obstáculo. Ela compartilha sua experiência com um edital da **Fiocruz**, no qual a cozinha de sua comunidade foi contemplada, mas até o momento não houve nenhuma ação concreta após a seleção, o que considera uma falta de respeito e um frustrante desapontamento para as pessoas envolvidas. Reforça que está buscando melhorias no processo para que os sonhos das pessoas não sejam destruídos pela burocracia ou falta de execução.

Maria Alice Silva Ferreira Rosmaninho: Representante da Câmara Municipal, expressa preocupação com o fato de que muitos projetos de lei estão sendo aprovados sem a realização prévia das audiências públicas obrigatórias, o que compromete o debate e o aprimoramento do conteúdo das propostas. Ela enfatiza que esse é um ponto de atenção do vereador Nabil Bonduki e sugere que, para garantir que as audiências regulamentares sejam realizadas antes da votação final do projeto de lei sobre agricultura urbana, seja feita uma articulação com o supervisor da equipe da Secretaria da Comissão responsável pelo cronograma dessas audiências. Também sugere que o vereador Rubinho, presidente da comissão, poderia incluir o tema na pauta da próxima reunião ordinária, talvez por meio de um requerimento, para assegurar que o projeto entre o quanto antes no cronograma oficial das audiências públicas.

Nabil Bonduki: reforçou que está prevista a realização de uma nova audiência pública sobre o projeto de **PL 582/2016, - Vai na Horta** com o objetivo de mobilizar amplamente os envolvidos para reunir contribuições qualificadas antes da aprovação. Ele destaca que, embora uma audiência pública formal já tenha ocorrido anteriormente (em um momento em que ele ainda não estava na Câmara), ela foi feita de forma superficial. Agora, o foco é promover uma nova audiência com real escuta social e técnica.

Ele enfatiza que o PL tem como objetivo principal reduzir a burocracia e ampliar o acesso das pessoas às políticas públicas voltadas à agricultura urbana — e que de forma alguma ele será um obstáculo às conquistas já existentes. Pelo contrário, a intenção é consolidar avanços e resolver impasses atuais, garantindo segurança diante de possíveis retrocessos políticos.

Nabil lembra que o projeto foi aprovado em primeira votação com resistência de alguns vereadores da extrema-direita, mesmo com o apoio da liderança do governo. Por isso, ele reforça a importância de diálogo com o Executivo, já iniciada com Lia, e que também pretende procurar o secretário Rodrigo Goulart para assegurar a sanção da lei após aprovação final.

Conclui reafirmando que a contribuição dos movimentos e da sociedade civil, que atuam diretamente com as hortas urbanas, será fundamental para consolidar uma política pública forte e perene.

Lia Palm: respondeu a falas anteriores (como a da Maria de Lourdes) sobre a burocracia dos editais e compartilha a experiência com o programa *Acelerando Hortas*, dentro do *Sampa+Rural*. Na primeira edição do programa, houve dificuldade devido à exigência de CNPJ de organizações da sociedade civil para acessar os recursos. Isso excluiu muitos agricultores, especialmente os informais ou sem estrutura jurídica. A prestação de contas também foi apontada como um desafio técnico e burocrático relevante.

Na segunda edição, conseguiram avançar bastante: o edital foi aberto para pessoas físicas com uma organização social intermediando o recurso e assumindo a parte mais pesada da prestação de contas. Com isso, simplificaram a entrada e execução do projeto, mantendo acompanhamento técnico contínuo e mentorias por seis meses.

Lia enfatizou que o *Sampa+Rural* busca integrar políticas públicas, evitando ações isoladas. O *Acelerando Hortas* é uma das frentes, complementado por assistência técnica, distribuição de insumos e outras ações (como o *Plano Regenerativo*, que concede até R\$ 5 mil a cada agricultor, e o próprio *acelerando*, que oferece até R\$ 30 mil). A ideia é tratar cada unidade produtiva como um todo, fortalecendo agricultores comunitários, comerciais, indígenas e institucionais.

Ela alerta sobre um risco recorrente: incluir critérios (como a regularização fundiária) que, embora juridicamente desejáveis, podem excluir a maior parte das hortas urbanas, que historicamente funcionam em áreas irregulares. Reforça que o foco da política deve ser incluir, e não excluir ainda mais os já vulnerabilizados.

Conclui destacando a importância da participação do Conselho na construção das metas e da legislação para aprimorar o projeto com base em escuta e vivência real do território e passa a palavra para o Diego da Ade Sampa.

Diego Blum: Contextualizou sua participação na construção dos editais, destacando a evolução entre a primeira e a segunda edição do programa *Acelerando Hortas*. Ele reforça que a iniciativa sempre enfrentará desafios, mas que houve avanços importantes. Um ponto central levantado foi a discussão sobre o modelo de apoio financeiro, comparando iniciativas como o *Vai Tec* (voltado para tecnologia) e os recursos diretos para pessoas físicas, que trazem dificuldades de prestação de contas, especialmente para agricultores com menos tempo e recursos. Ele aponta como positivo, no modelo da

segunda edição do “Acelerando”, o fato de o agricultor não precisar prestar contas diretamente. Por fim, menciona que a terceira edição está em construção, com base nas experiências anteriores, e que há um alinhamento com propostas como o programa “Vai da Cultura”, mas com necessidade de ajustes para atender às especificidades da agricultura

Patrícia Marra Sepe: Reconheceu a complexidade do tema em discussão e propõe não estender demasiadamente o assunto na reunião, que possui uma pauta extensa. Ela sugere oficializar a participação mais efetiva de Lia, Diego e suas instituições nas discussões, inclusive por meio do envio de um ofício ao secretário Rodrigo, convidando formalmente tanto o conselho como a coordenação de agricultura e a Ade Sampa.

Patrícia ressalta a necessidade de respaldo institucional para a participação de servidores públicos em reuniões externas e se compromete a viabilizar esse encaminhamento. Propõe também a realização de reuniões menores e temáticas antes da audiência pública, dado que o mecanismo de repasse de recursos financeiros às pessoas físicas é uma preocupação central.

Ela compartilhou a experiência com os repasses diretos no PSA e citou os riscos de sobrecarga para os beneficiários, como a obrigatoriedade de declarar imposto de renda ao receber recursos, caso isso não esteja devidamente previsto em lei. Por fim, reforça que o direito precisa acompanhar as demandas do cotidiano, defendendo uma abordagem mais flexível na construção da lei. Garante que o gabinete do vereador Nabil está comprometido com esse processo coletivo e positivo, e tranquiliza os participantes quanto à postura da assessoria jurídica, reforçando que o objetivo é facilitar, e não burocratizar, o processo.

Maria de Lourdes/Lia Esperança: compartilhou sua experiência prática com a prestação de contas em parceria com uma fundação de Londres, que financia mensalmente a produção de 200 marmitas para pessoas carentes. Ela explica que realiza as compras, emite notas fiscais e presta contas corretamente, passando inclusive por uma auditoria anual. Sua fala busca desmistificar a ideia de que a burocracia está apenas na prestação de contas, destacando que o verdadeiro desafio é a falta de apoio técnico para quem não tem conhecimento ou prática nesse processo.

Ela propôs que os projetos incluam alguém capacitado para orientar e apoiar os beneficiários na prestação de contas, pois, caso contrário, muitos acabam excluídos por não saber como cumprir as exigências. Em tom pessoal e emocionado, Maria de Lourdes relata sua luta para transformar a Vila Nova Esperança — onde vive desde 1960 — num lugar urbanizado e com mais dignidade. Ela celebra pequenas conquistas, como o início da geração de renda local, e agradece o programa POT Agricultura demonstrando grande gratidão.

Contudo, também expressa frustração com experiências anteriores em que promessas foram feitas e não cumpridas, como no caso de uma pessoa que começou a ajudar no projeto e depois sumiu. Ela destaca que, para as pessoas em situação de vulnerabilidade, os sonhos são uma força vital — e que não os realizar, ou abandoná-los no meio do caminho, é como “matar esse sonho devagar”. Encerra agradecendo a todos e reforçando seu compromisso em continuar lutando por sua comunidade, mesmo com os pés no chão.

Lia Palm: propôs o encerramento da pauta e reforçou a importância de um contato institucional com o secretário Rodrigo Goulart, que também é vereador e grande apoiador das políticas de agricultura na cidade. Ela acredita que esse diálogo entre legislativo e executivo será essencial para alinhar estratégias e garantir uma lei que seja, de fato, viável e aplicável, com força para ser implementada e gerar os impactos esperados.

Ainda durante sua fala, Lia respondeu com empatia à fala emocionada de Maria de Lourdes. Ela comenta que conversou com a equipe dos Direitos Humanos, coordenada por Suzana, sobre a questão do cadastro da cozinha da Vila Nova Esperança. Segundo as informações que recebeu, 300 cozinhas se cadastraram no programa rede Cozinha Escola, mas o orçamento disponível permitiu apenas o atendimento de 65, com base em um estudo de vulnerabilidade social.

Lia reconheceu que o caso de Maria de Lourdes pode ter sofrido algum entrave burocrático ou relacionado à falta de apoio no processo de inscrição, e se compromete a ajudá-la a buscar esclarecimentos junto à equipe técnica responsável. Ela reconheceu e valorizou o trabalho da Lourdes, dizendo que conhece o local e sabe o quanto é especial.

Por fim, ela propôs a retomada da pauta anterior sobre o “Rolê Agroecológico”, consultando se as pessoas que haviam levantado a mão ainda desejam falar.

Pauta -Rolê Agroecológico Continuação:

Lia Goes: começou destacando a importância de um planejamento claro e bem definido para o “rolê agroecológico”, uma vez que o atraso no início do processo no ano anterior gerou prejuízos significativos para os agricultores. Ela relata que, no ano passado, muitos agricultores plantaram com a expectativa de que o projeto começaria logo, mas, devido ao adiamento, perderam produtos e não conseguiram vender a tempo, o que gerou um prejuízo de mais de R\$ 10.000,00.

Ela enfatizou a importância de uma previsão de data para o início das atividades do “rolê agroecológico”, para que os agricultores possam se planejar e organizar seus plantios de acordo. Lembra que a agricultura tem ciclos específicos, como a alface, que demora entre 25 e 35 dias para ser colhido, e que, sem uma data definida, muitos agricultores podem não ter nada para oferecer quando o programa começar.

Além disso, Lia sugere que seja considerado o número de produtos que cada agricultor poderá fornecer, para evitar frustração caso a quantidade disponível seja menor do que o esperado. Ela reforça que a organização e o planejamento antecipado são essenciais para garantir o sucesso da iniciativa.

Raquel Grillo Vettori Rodrigues: iniciou cumprimentando os colegas e destacando algumas questões que surgiram em relação ao “Rolê Agroecológico”. Ela traz perguntas específicas para Andréa e Carolina, visando esclarecer pontos que surgiram durante a sua participação ativa na região sul, onde muitas pessoas fizeram questionamentos que ela não conseguiu responder.

As principais questões levantadas por Raquel são:

Credenciamento para 2025: Raquel questiona se os estabelecimentos que foram credenciados em 2024 estarão automaticamente credenciados para 2025, uma vez que, segundo Andréa, as visitas serão repetidas. Ela quer confirmar se esses estabelecimentos precisam se inscrever novamente ou não.

Requisitos para o credenciamento: Ela pergunta se os requisitos para o credenciamento de 2024 já foram definidos, especialmente em relação a questões como banheiro, laudo e portabilidade de água, que foram exigidos no ano passado. Raquel deseja saber se esses requisitos serão os mesmos ou se há algo novo que os agricultores precisam se preparar.

Apoio aos agricultores: Por fim, ela pergunta se, como no ano passado, haverá algum apoio para os agricultores, especificamente em relação ao suporte documental fornecido em 2024. Raquel quer saber se esse suporte também está previsto para o próximo ciclo.

Maria de Lourdes/Lia Esperança: comentou sobre o Rolê Agroecológico, destacando que ela já foi contemplada pelas informações discutidas. Ela mencionou que sua dúvida era sobre a necessidade de um novo cadastramento para quem já estava credenciado. A dúvida foi respondida pela equipe, que esclareceu que quem já estava credenciado não precisaria se inscrever novamente.

Lia Palm: iniciou destacando a importância de ter clareza sobre o rolê agroecológico, que é um programa que visa integrar a educação com a agricultura. Ela explicou que a preocupação com a definição de datas é grande, pois o programa precisa ser bem-organizado para evitar os problemas que ocorreram no ano passado, onde agricultores investiram sem saber se o rolê realmente aconteceria. Lia ressaltou que o cronograma ainda não está completamente confirmado, mas a previsão é de início em agosto, com a possibilidade de antecipar para julho. Ela pediu cautela com as expectativas, pois, apesar de o planejamento estar sendo feito, é importante que todos se preparem para eventuais ajustes.

Lia também comentou sobre a importância de a programação do rolê ser uma oportunidade para mostrar aos estudantes as práticas agrícolas e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura e o turismo local. O foco não é apenas nas visitas, mas no processo de valorização das propriedades e hortas. Para melhorar a divisão das visitas entre os agricultores, está sendo discutido um sistema para garantir uma distribuição mais justa das visitas, além de criar um mecanismo para agendamentos de última hora, caso haja desistências.

Ela falou sobre o cadastramento para o Rolê Agroecológico, afirmando que o processo será realizado novamente, incluindo a visita aos locais, e que os agricultores terão apoio das equipes de extensão. Sobre os requisitos de credenciamento, Lia esclareceu que eles serão mais claros, com exigências como

banheiro, portabilidade de água, acesso para ambulância e a necessidade de ter um local coberto para proteção das crianças.

Lia finalizou reforçando que o programa está em andamento e que a Secretaria da Educação e a SMDet/Coordenadoria de Agricultura estão trabalhando juntas para garantir que todos os envolvidos possam se beneficiar do rolê, apesar das dificuldades operacionais e imprevistos que possam surgir.

Guilherme Maruxo: sugeriu aprimorar o projeto relacionado às hortas urbanas, destacando que muitas não conseguem se expor adequadamente porque não é permitido fotografar crianças ou divulgar diretamente as ações nas escolas. Ele propôs que o projeto "Rolê" ajude na divulgação das hortas, por exemplo, emitindo cartas de recomendação para comprovar que as hortas atendem escolas. Isso facilitaria a apresentação das hortas em outras instituições, inclusive particulares. A ideia é criar um braço do projeto que permita maior visibilidade e independência das hortas em relação ao Rolê, contribuindo para que elas alcancem novos espaços e oportunidades.

Lia Palm: reforçou a importância de fortalecer os locais de agricultura urbana como negócios sustentáveis, indo além da atuação do projeto Rolê, que não deve ser o objetivo final, mas um instrumento para estruturação e formalização desses espaços. Destacou-se a necessidade de unir forças, para pensar em estratégias de divulgação e priorização de ações.

Solange Dias: destacou a importância da estruturação das propriedades agrícolas para que elas não dependam apenas das visitas escolares, mas tenham atividades contínuas. Anunciou um evento na próxima terça-feira, às 14h, onde será discutida a formação de associações e cooperativas pelo programa Sampa+Rural e com o objetivo de organizar a comunidade e buscar melhorias coletivas. Reforçou que todo o investimento feito deve ter continuidade no território, garantindo resultados sustentáveis e duradouros.

Lia Palm: encerrou a discussão sobre o projeto Rolê Agroecológico e encaminhou a reunião para a próxima pauta: o Programa de Metas da Prefeitura. Destacou que esse é um tema importante para ser debatido no conselho e mencionou que foi um pedido especial do André. Ela reforçou a importância de o conselho entender seu papel dentro desse processo e passou a palavra para ele.

Pauta 1 - Programa de Metas - CA - (André Biazoti) - Conselheiro

André Ruoppolo Biazoti: explicou que incluiu o Programa de Metas como pauta para que o conselho pudesse discutir coletivamente o tema. Ele ressaltou a importância de avaliar o que está sendo proposto no programa, especialmente do ponto de vista das agricultoras e dos conselheiros. Sugeriu que a gestão compartilhasse também sua visão sobre as metas: se acham que elas são suficientemente ousadas, se algo relevante ficou de fora e o que poderia ser incluído. Propôs olhar juntos para a meta específica relacionada à agricultura, compartilhando sua tela para facilitar o debate e garantir que todos estivessem alinhados.

Apresentou a meta **106** do Programa de Metas da Prefeitura, voltada à agricultura, que propõe o fortalecimento do programa Sampa+Rural com apoio a 1.000 locais de agricultura. Detalhou as ações estratégicas previstas, como 10.000 atendimentos de assistência técnica rural, implantação de 10 escolas estufa, capacitação de 5.000 pessoas em técnicas sustentáveis, aceleração de 100 negócios rurais, atendimento a 120.000 crianças pelo Rolê Agroecológico, entre outras. Parabenizou a Secretaria por apresentar uma meta mais robusta e ousada que no ciclo anterior. Reforçou que as metas são para 4 anos de gestão e que elas guiam ações e orçamento, sendo cobradas pelos órgãos de controle. Incentivou o conselho a avaliar a meta, discutir possíveis inclusões e, se necessário, formular uma carta com sugestões à gestão. Também mencionou a possibilidade de participação nas audiências públicas e pela Plataforma Participe+.

Lia Goes: A agricultora destacou que, apesar do apoio da Prefeitura de São Paulo e do programa Sampa+Rural, há desafios relacionados à burocracia para a certificação de produtos agrícolas, especialmente para produção animal. Ela mencionou que muitos agricultores estão tendo dificuldades com o Sistema de Inspeção Municipal e que a criação de cozinhas, casas de ovos e de mel certificadas poderiam beneficiar os produtores, pois evitaria a necessidade de múltiplos selos e a complexidade burocrática. Isso tem desmotivado alguns agricultores a continuar com a produção, gerando até emigração de filhos de agricultores, que não encontram perspectivas profissionais adequadas. A agricultora também sugeriu a criação de um banco de alimentos como meta, para facilitar a distribuição e doação de produtos, especialmente em locais como a Associação de Parelheiros, que frequentemente enfrentam dificuldades de escoamento de produtos. Ele acredita que o fortalecimento da infraestrutura de escoamento deve ser considerado nas metas do programa.

Patrícia Marra Sepe: começou destacando a importância do Programa de Metas, que é um instrumento essencial para o planejamento orçamentário, financeiro e territorial do município. Ela parabenizou as metas, considerando-as ambiciosas, ainda mais por serem propostas para um período de 4 anos. No entanto, levantou uma questão sobre o orçamento necessário para cumprir as metas e sobre a necessidade de ampliar a equipe da Coordenadoria, para garantir o suporte institucional necessário para a execução das ações. Ela também reforçou a importância de garantir o cumprimento das metas, afirmando que, para isso, é necessário ter os recursos financeiros adequados. Além disso, ela mencionou o Sistema Municipal de Inspeção, ressaltando que essa é uma discussão antiga e ainda muito importante. Por fim, ela expressou sua satisfação com o fato de ser a sociedade civil a trazer essas questões para a discussão, agradecendo a André por incluir esse tema na pauta. Ela também fez um comentário sobre o tamanho da agricultura e a importância que a prefeitura está dando ao tema, reforçando que a meta reflete o reconhecimento do papel crucial da agricultura para o município.

Lia Palm: iniciou sua fala destacando a satisfação com a inclusão de uma meta relacionada à agricultura urbana e periurbana no novo Programa de Metas da Prefeitura. Segundo ela, trata-se de uma meta ambiciosa que traz segurança institucional e demonstra a prioridade que está sendo dada ao tema nos próximos quatro anos. Lia pontuou que o fato de a agricultura estar contemplada nessa agenda é resultado da atuação contínua de diversos atores e do envolvimento da sociedade civil, que contribuiu para que essa meta fosse incorporada no processo participativo do programa de metas anterior. Ela lembrou que a meta anterior, que previa o atendimento de hortas urbanas e locais de produção agrícola, foi superada um ano antes do previsto, alcançando 564 locais em 2023 e 610 locais até março de 2025. Ressaltou que a meta passada viabilizou a consolidação de iniciativas que já vinham sendo construídas na Prefeitura, como o Programa Sampa+Rural, e permitiu a destinação de R\$ 5 milhões iniciais ao programa — valor que evoluiu para R\$ 9 milhões no orçamento atual, apenas considerando recursos diretos.

A nova proposta de meta, segundo Lia, foi construída com base na experiência acumulada, no que já está em andamento e no que é viável executar com o orçamento e equipe disponíveis. Entre os pontos principais da nova meta estão:

Manutenção das 1000 bolsas da Operação Trabalho; realização de 10.000 atendimentos nos próximos quatro anos; orientação para pelo menos 100 agricultores sobre acesso ao crédito rural; continuidade da participação social, uma vez que está em curso o ciclo de audiências públicas entre 7 de abril e 7 de maio, abrangendo o Plano Plurianual (PPA), o Programa de Metas da Prefeitura e o Orçamento Cidadão. Essas audiências são oportunidades importantes para influenciar diretamente o planejamento e os investimentos da cidade para os próximos anos, inclusive no primeiro ano da próxima gestão.

Ela também mencionou ações que, embora importantes, não foram incluídas na proposta atual. Um exemplo citado foi a criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), que chegou a ser discutido em 2022 e 2023 com a Secretaria da Saúde, mas não avançou devido a entraves e outras prioridades. Essa ausência, segundo Lia, não impede que a sociedade civil continue debatendo e propondo essas pautas.

Lia reforçou que o momento atual é decisivo para participação social, uma vez que está em curso o ciclo de audiências públicas entre 7 de abril e 7 de maio, abrangendo o Plano Plurianual (PPA), o Programa de Metas da Prefeitura e o Orçamento Cidadão. Essas audiências são oportunidades importantes para influenciar diretamente o planejamento e os investimentos da cidade para os próximos anos, inclusive no primeiro ano da próxima gestão.

Ela incentivou conselheiros, agricultores e cidadãos em geral a participarem desses espaços, seja presencialmente, seja pelas plataformas online como o Participe+, onde todas as propostas são registradas, avaliadas e respondidas com base em sua viabilidade técnica e orçamentária. Lia esclareceu que as propostas consideradas inviáveis também recebem devolutivas fundamentadas, explicando, por exemplo, a falta de recursos ou conflitos com outras prioridades.

A versão final do Programa de Metas será divulgada até 30 de setembro, após a análise de todas as contribuições. Por fim, Lia se colocou à disposição e ressaltou que, apesar de a proposta da Prefeitura já estar estruturada, cabe agora à sociedade civil avaliar, propor complementações ou questionar o que for necessário para fortalecer ainda mais as políticas públicas voltadas à agricultura e alimentação.

Aloísio Areias Bezerra da Silva: propôs o encerramento da primeira pauta da reunião, considerando que o assunto já havia sido suficientemente discutido. Em seguida, ele sugere o encaminhamento para a pauta número 2, que trataria do informe sobre o artigo 48, a ser apresentado pela representante da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), Roseli.

No entanto, ele menciona que Roseli já precisou se ausentar da reunião e, portanto, propõe o adiamento do informe para a próxima reunião do conselho. Ele tenta confirmar se ela ainda está presente, mas, como ela realmente saiu, reforça que o informe sobre o artigo 48 ficará para um momento posterior.

Lia Palm: retornou à palavra para encerrar oficialmente a primeira pauta da reunião, que tratou do Programa de Metas. Ela reforçou que a pauta segue em aberto para contribuições da sociedade civil, convidando os conselheiros e participantes, incluindo André, a apresentarem sugestões ou encaminhamentos que considerem pertinentes.

Ela incentivou a participação ativa no processo do Programa de Metas por meio da plataforma participe+, mencionando que vai disponibilizar o link para facilitar o acesso. Destacou ainda que seria importante que as propostas apresentadas durante a reunião — como as feitas por Lia Gois — também fossem registradas na plataforma para formalização no processo participativo.

Em seguida, ao constatar que a representante da SVMA, Roseli, não está mais para apresentar o informe sobre o Grupo de Trabalho (GT) do Artigo 48, Lia sugere que outras pessoas que participaram do GT possam eventualmente compartilhar informações, mesmo que brevemente. Ela menciona que esteve presente, mas não tem certeza se há outros participantes na reunião que poderiam complementar.

Iuri Engel Timoner: Relatou sua participação na primeira reunião do Grupo de Trabalho (GT) do Artigo 48 da Lei de Arborização Urbana de São Paulo, considerando o encontro bastante produtivo para alinhamento e contextualização.

Segundo ele, foi retomado um documento que havia sido elaborado anteriormente por Renato, Cyra e outro colaborador (cujo nome ele não recorda). Esse documento serviu de base para discutir a criação de um decreto regulamentador do Artigo 48, que trata do manejo e supressão de vegetação em contextos agrícolas e agroflorestais, tanto em zonas rurais quanto urbanas da cidade.

Iuri destacou a complexidade da proposta, especialmente por envolver sobreposição de legislações, como a legislação estadual e a específica do município de São Paulo. Ele admitiu não ser especialista em direito, mas contribui a partir de sua experiência como agroflorestor.

Entre os encaminhamentos, foi acordado que os membros do GT irão trabalhar colaborativamente em um documento online, onde poderão inserir dúvidas, sugestões e ajustes no texto da minuta de decreto. A próxima reunião está prevista para o dia 29 de maio, com o objetivo de aprofundar as discussões e buscar avanços no texto.

Iuri ressaltou que ainda não há um cronograma definido, mas a intenção é construir um decreto robusto e viável, que possa ser aprovado formalmente pela Prefeitura. Para isso, o grupo pretende envolver mais pessoas, inclusive agricultores e representantes da sociedade civil, garantindo transversalidade e legitimidade ao processo.

Pauta 3 - POT (Programa Operação Trabalho) - Atualizações e Novas Inscrições

Terezinha dos Santos Matos: retomou uma questão levantada anteriormente sobre o programa Operação Trabalho (POT) e questionou se já houve alguma decisão após a última reunião a respeito das inscrições de novos participantes. Ela mencionou que alguns bolsistas já foram desligados, deixando vagas abertas, e gostaria de saber se essas vagas poderão ser repostas com novos agricultores. A demanda veio diretamente dos agricultores, que estão ansiosos por uma resposta definitiva sobre se essa reposição realmente vai acontecer.

Jorge de Paula: questionou se haveria a possibilidade de criar um Programa Operação Trabalho (POT) específico para a agricultura, separado dos demais segmentos atendidos pelo programa. Ele ressaltou que, embora o POT seja um programa social abrangente, muitos bolsistas que passam pelas hortas acabam ganhando experiência prática, mas, ao fim do ciclo, não retornam ao trabalho rural, desperdiçando esse aprendizado. Jorge sugere que haja uma continuidade para esses trabalhadores interessados em seguir na agricultura, inclusive com possibilidade de retorno dos que já participaram, para que o conhecimento adquirido não se perca.

Lia Esperança/Maria de Lourdes: reforçou a necessidade de aumento no número de bolsistas do Programa Operação Trabalho (POT) em sua horta. Segundo ela, mesmo com seis pessoas atualmente trabalhando, a equipe não está dando conta da demanda. Ela relatou que, com o volume de trabalho e fatores como a chuva, o serviço feito em um local precisa ser refeito rapidamente, tornando difícil manter tudo em ordem. Por isso, solicitou mais vagas de POT para sua horta, argumentando que há trabalho de sobra, mas falta pessoal suficiente.

Joelma Marcelino: compartilhou que seu projeto na horta é novo, com apenas 4 meses de atividade. Ela já conta com duas pessoas voluntárias, mas gostaria de saber se seria possível obter bolsas do Programa Operação Trabalho (POT) para incluir essas duas pessoas que já estão trabalhando com ela na horta.

Lia Góes: Góes compartilhou sua dificuldade pessoal e a carga de trabalho no seu sítio, que é muito grande. Ela é viúva e, embora seus filhos a ajudem, eles são universitários e só conseguem colaborar nas horas vagas. Alice tem dois bolsistas do Programa Operação Trabalho (POT), mas não consegue mais vagas, mesmo tendo uma grande propriedade e necessidade de apoio. Ela criticou a distribuição desigual de bolsistas entre os agricultores, mencionando que enquanto alguns têm muitos, ela e outros não conseguem nem atender às suas necessidades básicas de trabalho. Lia sente que essa divisão desigual é desleal e que a distribuição de bolsistas precisa ser mais equilibrada.

Vanda Helena Gentina: Foi levantada a necessidade de um POT de Logística para ajudar o pessoal do Vale do Ribeira, que enfrenta dificuldades no transporte de produtos dentro da cidade. Durante uma reunião com a RAPPa, ficou claro que a falta de infraestrutura de transporte prejudica os negócios e vendas de produtos, pois muitas vezes os agricultores não conseguem escoar suas mercadorias. A proposta é criar um programa de logística (um “Pote de Logística”) que possa facilitar esse processo e ajudar a agilizar o transporte e a comercialização dos produtos dentro da cidade.

Lia Palm: esclareceu os procedimentos atuais do programa POT, incluindo a distribuição de bolsas e os critérios de reposição. Ela mencionou que houve uma interrupção nas inserções no início do ano devido a questões orçamentárias, mas que a primeira inserção de 2025 foi realizada no início de abril. Durante essa inserção, houve um ajuste na quantidade de bolsistas por local, com o foco principal sendo a reposição de vagas, especialmente aquelas deixadas por bolsistas que saíram do programa. Ela explicou que o programa inicialmente tinha uma meta de 200 vagas para a agricultura em 2022, mas depois as metas foram expandidas para 1000 vagas devido ao aumento na demanda e estruturação do programa.

Além disso, foi estabelecido um critério de até 4 bolsistas por local naquele momento, com exceções em casos específicos de maior vulnerabilidade social, como é o caso de hortas comunitárias que atendem a populações em situações de risco. Ela também comentou que está sendo realizado um mapeamento de todas as unidades para garantir que todas as hortas e locais atendidos tenham pelo menos 2 bolsistas. O objetivo é fazer uma distribuição justa de vagas, sem que ninguém perca a quantidade de bolsistas já alocada, mas sim ajustar conforme a necessidade de cada local.

Por fim, Lia Palm mencionou que, apesar de estar realizando os ajustes, ninguém vai perder bolsistas inscritos, mas a distribuição será feita conforme a necessidade de cada lugar, e isso deve ser feito com mais clareza nos próximos meses, com uma nova inscrição em maio. Ela reforçou que a ideia é que todos os locais atendidos possuam pelo menos dois bolsistas para garantir o bom andamento dos trabalhos.

Adicionou que o Programa Operação Trabalho (POT) é voltado para pessoas em situação de alta vulnerabilidade social e tem um importante papel também como ferramenta de aprendizado e inserção no mercado de trabalho, inclusive em sítios agrícolas mais estruturados. Reforçou que mesmo locais que não

estejam em vulnerabilidade direta podem ser contemplados com bolsistas, desde que cumpram os critérios definidos, e que o objetivo atual é garantir pelo menos dois bolsistas por local atendido, com uma redistribuição mais justa das vagas.

Ela orientou que casos específicos podem ser tratados diretamente com a equipe, citando os exemplos de Lia Esperança e Lia Gois, para análise e possíveis ajustes. Também assegurou que Joelma será contemplada com vaga(s), dentro dos critérios mencionados.

Sobre a duração do programa, esclareceu que há uma limitação legal: o POT tem duração máxima de 1 ano e meio para pessoas em vulnerabilidade e de até 3 anos apenas para casos de extrema vulnerabilidade. No entanto, esse entendimento sobre o tempo de permanência no programa ainda está em debate, especialmente no caso da agricultura, que exige uma discussão mais profunda sobre a necessidade de subsídios permanentes ou formas de apoio estruturantes — como crédito, bolsas ou outros mecanismos.

Lia reconheceu que seria ideal a existência de um programa específico para agricultura, mas que isso exigiria mudanças legais e institucionais. Por fim, respondeu à Vanda que hoje o POT Agricultura está restrito a atividades de plantio e cultivo, e ainda não contempla a logística e a comercialização, pois o foco está em garantir cobertura mínima nos locais antes de ampliar as frentes de atuação. No entanto, demonstrou abertura para o debate coletivo e sugeriu que esse tipo de discussão seja aprofundado no Grupo de Trabalho de Ater.

Marina Rago: informou que a equipe do POT está reduzida no momento. Por isso, o processo de validação das vagas está um pouco atrasado, mas segue em andamento. Reforçou que os critérios do programa não foram alterados, apenas estão sendo reavaliados para uma distribuição mais justa dos bolsistas entre os locais atendidos.

Chamou atenção para o fato de que, no Programa de Metas para os próximos 4 anos, não há previsão de aumento no número de vagas do POT Agricultura. Diante disso, sugeriu que, se houver demanda coletiva por mais vagas, essa pauta poderia ser apresentada formalmente como sugestão ao plano.

Sobre a questão de subsídios permanentes para a agricultura urbana, reforçou que essa discussão extrapola a legislação atual do POT. No entanto, mencionou que estão levantando referências bibliográficas sobre o tema com apoio de uma pesquisadora da USP, que está desenvolvendo um doutorado relacionado ao assunto. Para avançar nesse debate, sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho (GT) específico, que pense em uma proposta estruturada de política pública de apoio contínuo à agricultura urbana.

Magno Celso: iniciou agradecendo o espaço e fez uma reflexão sobre o perfil dos bolsistas do POT Agricultura. Ele destacou que, embora o programa seja importante para pessoas em vulnerabilidade, nem todos os bolsistas têm interesse real em seguir na agricultura, o que pode resultar na formação de mão de obra que não será aproveitada no futuro. Para ele, é essencial que haja pessoas com interesse e algum conhecimento prático, além da disposição física, para que o trabalho nas hortas tenha continuidade e gere melhoria na qualidade dos produtos.

Chamou atenção também para uma dificuldade recorrente: a existência de vagas em hortas que não conseguem ser preenchidas, seja por falta de interesse ou recusa dos candidatos. Isso mostra a necessidade de rever não só os critérios, mas também a forma como são feitas as conexões entre os locais e os bolsistas.

Sobre subsídios à agricultura urbana, reforçou que esse apoio é fundamental e acredita que, se fosse feita uma votação entre os agricultores das hortas, haveria unanimidade em favor da criação de subsídios permanentes, mesmo que fosse para apenas algumas funções ou áreas da horta.

Por fim, mencionou que houve um pedido anterior para que o tema do georreferenciamento das hortas entrasse como pauta da reunião, o que ainda não foi incluído. Também sugeriu que, assim como está sendo feito um mapeamento de hortas na Zona Sul, esse trabalho seja realizado nas demais regiões, como onde ele atua, e perguntou como trazer essa equipe para fazer o mapeamento em sua área.

Terezinha Matos: Iniciou confirmando uma informação importante: entendeu que os bolsistas do POT Agricultura que já completaram os 2 anos de participação não podem retornar ao programa, mas que é possível receber um novo bolsista em substituição. Ela relatou que, atualmente, está com três bolsistas ativos e um afastado por questões de saúde, e que já encaminhou a solicitação de substituição para preenchimento da vaga, reforçando que aguarda resposta há cerca de dois meses.

Demonstrou entusiasmo com a condução do programa e afirmou que a rotatividade de bolsistas funciona bem-quem não quer participar de fato, deve ceder espaço para quem quer.

Compartilhou também um relato pessoal sobre sua dedicação à horta, destacando que mesmo enfrentando dificuldades, continua investindo no espaço com visão de futuro, especialmente voltada à educação ambiental de crianças e jovens. Ela comentou que seu objetivo é receber escolas e transformar o espaço da horta em um ambiente de aprendizado, pensando inclusive na continuidade do trabalho quando não puder mais cuidar da terra diretamente.

Finalizou agradecendo pela reunião, elogiando o grupo e reafirmando a importância de manter o investimento na agricultura urbana como uma missão contínua e necessária para a sociedade.

Lia Palm: Retomou brevemente o tema dos desafios enfrentados no POT Agricultura, especialmente no que diz respeito à rotatividade dos bolsistas e à falta de mão de obra qualificada e com interesse real em permanecer na agricultura. Reconheceu que essa é uma preocupação legítima e que o programa precisa ser aprimorado continuamente.

Sobre o mapeamento mencionado por Magno, esclareceu que o trabalho feito atualmente na Zona Sul é parte do programa Semeando Negócios, coordenado pela Secretaria de Relações Internacionais, com foco inicial naquela região. Ressaltou que o desejo é expandir esse tipo de ação para toda a cidade, embora, no momento, ainda não seja possível.

Quanto às regras do POT, corrigiu uma informação: a legislação atual estabelece vigência de 1 ano e meio para os bolsistas, e 3 anos apenas para casos de extrema vulnerabilidade. Reforçou que o objetivo do programa é inclusão social e, por isso, é feito um esforço conjunto das equipes técnicas — com assistentes sociais, psicólogos e agentes de campo — para manter os bolsistas no programa sempre que possível. Toda exclusão passa por um processo de avaliação.

Lia também destacou que as recomposições mensais de vagas continuam sendo feitas e que há uma discussão interna para ampliar o número de vagas por local, ultrapassando as atuais 2 vagas, a depender do número total de bolsistas disponíveis.

Magno Celso: Esclareceu que sua solicitação não é sobre o mapeamento geral das hortas, mas sim sobre a medição física e técnica do espaço das hortas, ou seja, a delimitação exata da área ocupada por cada horta. Segundo ele, esse trabalho precisa ser realizado por técnicos especializados, como engenheiros agrimensores, que utilizam equipamentos como trenas eletrônicas, sensores ou óculos de medição a laser.

Ele destacou que é fundamental saber a metragem exata de cada área produtiva, e que para isso é necessário apoio técnico específico, o que não está sendo feito atualmente em sua região.

Perguntou se existe algum técnico responsável por essa medição na Zona Norte, ou se é possível trazer técnicos de outra região da cidade para realizar esse levantamento. Por fim, quis saber se é necessário fazer um ofício formal para solicitar esse serviço e qual seria o procedimento correto para isso.

Lia Palm: comentou sobre a possibilidade de ampliar o programa Semeando Negócios para a cidade inteira, expressando desejo de expandir essa política, mas reconhecendo que atualmente não há recursos nem ferramentas disponíveis para isso.

Ela sugeriu que as demandas levantadas durante a reunião sejam registradas em ata e encaminhadas para discussões futuras na Secretaria e na Prefeitura, ressaltando que esse é o propósito do conselho: levantar questões e buscar soluções com as autoridades competentes.

Lia Palm: A coordenadora agradeceu especialmente à Terezinha, reconhecendo seu trabalho como inspirador, e destacou que, apesar do esforço para organizar uma pauta extensa e densa, o tempo da reunião foi insuficiente para tratar de todos os temas previstos.

Diante disso, propôs que os informes e temas que restaram — como o Plano Regenerativo, as atualizações do programa Sampa+Rural e outras solicitações — sejam retomados com mais profundidade na próxima reunião. Agradeceu à Ana Maria por se disponibilizar a apresentar seu conteúdo posteriormente.

Reforçou a importância da participação ativa dos conselheiros e conselheiras na construção da pauta, demonstrando satisfação com o volume de temas propostos pela sociedade civil, o que dá sentido ao funcionamento do conselho.

Como encaminhamento prático, pediu que os participantes informassem caso queiram fazer informes ou contribuições breves nesse fim de reunião,

enquanto a discussão mais aprofundada dos temas será organizada para o próximo encontro.

Ao final, agradeceu a todos pela participação e pela reunião produtiva, enfatizando a riqueza das discussões e convidando todos a seguirem em contato ao longo do mês. A reunião foi encerrada com o aviso de que a próxima reunião ocorrerá em maio.

Encaminhamentos:

Pautas que e não foram debatidas nesta reunião e serão apresentadas na próxima:

Pauta 6 - Plano Regenerativo/Previsão de Compra de Equipamentos - (Kimberley)

Pauta 7 - Solicita Escola Técnica Agrícola e Banco de Alimentos nas Subprefeituras e o S.I.M. "Serviço de Inspeção Municipal" - (Lia Goes)

Pauta 8 - Apresentação do Projeto "Instrumento de Agricultura Urbana e Adaptação Climática" - Ana Maria/USP

Pauta 9 - Atualizações do programa Smapa+Rural

Pauta 10 - Não teve

Esta ata foi redigida e conferida conforme registro e escuta da gravação da reunião.

Aloisio Areias Bezerra da Silva

RF: 754.453-7

Secretário Executivo/CMDRSS



Aloisio Areias Bezerra da Silva

Assessor(a) III

Em 07/11/2025, às 15:33.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **145485326** e o código CRC **94C72730**.

Referência: Processo nº 6064.2023/0000266-6

SEI nº 145485326